

Gênero, um novo paradigma?*

LIA ZANOTTA MACHADO**

Foi, com certeza, a “desconstrução” derrideana que inspirou o processo analítico da “desconstrução de gênero” desenvolvida pelas feministas no mundo anglo-saxão em substituição aos impasses metodológicos dos “estudos de mulheres”. A variedade de métodos desconstrucionistas acompanha a variedade dos olhares derivados dos diferentes lugares teóricos e políticos de fala. Para além de sua diversidade, a(s) metodologia(s) da desconstrução de gênero supera(m) impasses dos “Estudos de Mulheres”. Estudos sobre a condição, a situação e a posição das mulheres não pareciam ser capazes de responder aos desafios feministas, pois tendiam a se tornar descritivos e reiterativos, reificando a situação das mulheres. De outro lado, não respondiam aos anseios e desafios de um pensamento analítico e teórico.

A interrogação sobre se a introdução dos olhares a partir dos lugares das mulheres produziu novas abordagens e se o conceito de gênero se constituiu em um novo paradigma, vem sendo suscitada no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em outubro de 1997, no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), em junho de 1998, e no II Encontro da Rede de Estudos Feministas (REDeFEM), em julho de 1998, tornando visível a interdisciplinaridade desta preocupação. Este trabalho resume aspectos que apresentei nestes três encontros¹ e busca responder ao espírito das questões propostas sobre gênero pela editora do *Cadernos Pagu*.

A generalização do uso do conceito de gênero no campo intelectual anglo-saxônico, nos saberes disciplinares da sociologia, antropologia, história, literatura, filosofia e psicologia, ocorrida nos anos oitenta e noventa, trouxe consigo o compartilhamento da radicalização da idéia da desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e da radicalização da construção **simbólica** (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) das noções de feminino e masculino.

O uso do conceito de gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro e, embora, ainda que parcialmente, esteja sendo usado como sinônimo dos estudos de mulheres, entendo que instaurou uma

* Recebido para publicação em novembro de 1998.

** Professora Titular de Antropologia da Universidade de Brasília e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas do NEPEM/UNB.

¹ Na ANPOCS, participei da Mesa Redonda organizada por Heleieth Saffiotti. Na ANPOLL, proferi palestra convidada por Elodia Xavier. Na REDeFEM, participei de Mesa Redonda organizada por Neuma Aguiar. Este Trabalho inova e dá continuidade a reflexões anteriores presentes em artigos sobre as relações entre feminismo e estudos de gênero. Ver MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade*. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992; e Estudos de gênero: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas. In: SCHPUN, Mônica. (org.) *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1997.

Gênero, um novo paradigma?

nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiro.

Entendo que podemos falar da construção de um novo paradigma metodológico pelas análises de gênero. Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social. Estes me parecem os três pilares que permitem diferenciar a proposta paradigmática dos **estudos de gênero** frente à proposta metodológica dos **estudos sobre mulheres**.

Já em 1949, Simone de Beauvoir afirmava, no seu *O Segundo Sexo*, que não se nascia mulher, que se **tornava** mulher. Qual a novidade então da noção de gênero em relação a essa proposição anterior de Beauvoir? A novidade é levar esta afirmação às últimas consequências de seu enunciado. A proposta metodológica de Beauvoir era indagar sobre as relações entre sexo biológico e construção da categoria social de mulher. Hoje, o estado atual dos estudos de gênero permite pensar que a construção social de gênero se faz **arbitrariamente** em relação à diferenciação de sexos de homens e mulheres – **não existe a mulher e não existe o homem** enquanto categorias universais. Beauvoir pensava a categoria mulher e a questão da libertação da mulher, posta com algum grau de ambivalência: ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma **social** pela qual este sexo se tornou inferior (o segundo).

Os estudos de gênero produziram a possibilidade paradigmática de um distanciamento do uso da categoria mulher e de um processo de radicalização da pergunta sobre as relações entre sexo e gênero até a afirmação plenamente radical da **arbitrariedade** das relações entre sexo e gênero. Gayle Rubin se perguntou sobre o sistema de sexo-gênero e, reconhecendo a construção social do gênero como construção social de dominação, propôs o fim da diferenciação de gênero. Ortner, Chodorov e outras(os) se perguntaram sobre a generalização das relações entre sexo e gênero, onde o gênero feminino é pensado como hierarquicamente inferior e concluíram sobre a universalidade da imbricação universal dos pares dicotômicos: cultura e natureza e masculino e feminino e da supremacia do cultural e do masculino.³

MacCormack e Strathern⁴ e outras(os), incluindo-se trabalho posterior de Ortner⁵ e de Strathern⁶, criticaram a universalidade da dicotomização simbólica entre cultura e natureza e seu entrelaçamento com as categorias de

² BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. 2vol. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970.

³ RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex. In: REITER, R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975; ORTNER, Sherry. Is Female to Male as Nature is to Culture?. CHODOROV, Nancy. Family Structure and Feminine Personality. In: ROSALDO and LAMPHERE. (eds.) *Women, Culture and Society*. Stanford, Stanford University Press, 1974.

⁴ MACCORMACK, C. and STRATHERN, M. (eds.) *Nature, Culture and Gender*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1980.

⁵ ORTNER, Sherry and WHITEHEAD, Harriet. Accounting for Sexual Meanings. In: ORTNER, S. and WHITEHEAD, H. *Sexual Meanings*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1981.

⁶ STRATHERN, M. *The Gender of the Gift*. Berkeley and London, Univ. of California Press, 1988.

feminino e masculino, entendendo que a construção do(s) feminino(s) e do(s) masculino(s) é resultado do arbitrário cultural de cada configuração social historicamente situada.

Com certeza, pensar a arbitrariedade radical entre sexo e gênero⁷ é devedora do privilegiamento do paradigma da lingüística do distanciamento entre a materialidade do significante e do significado e da primazia de uma visão cultural do social, em que as premissas do social são cada vez mais vistas como culturalmente construídas; isto é, desnaturalizadas, por um lado, e passíveis de reconstruções culturais.

Não são poucas as diversidades teórico-epistemológicas, nem poucas as diversidades das perspectivas disciplinares que diferenciam as(os) pesquisadoras(es) de gênero. Neste sentido estrito, são múltiplos os paradigmas metodológicos nos estudos de gênero, já que a metodologia não está dissociada das opções teórico-epistemológicas, nem das perspectivas disciplinares. Kuhn⁸ duvidava que, no caso das humanidades, houvesse paradigmas, já que os modelos teóricos sempre estavam e estão em disputa, de uma forma forte e muito mais perceptível que no campo das ciências exatas, onde as rupturas paradigmáticas são visibilizadas por demarcações temporais.

Gostaria, no entanto, de retomar o conceito de paradigma metodológico e referi-lo à produção de algum consenso sobre a abordagem, a constituição e a delimitação de uma nova temática e de uma nova perspectiva de investigação, no caso, os estudos de gênero no interior das humanidades. A construção de paradigmas metodológicos pressupõe o compartilhamento de idéias e de instrumentos de análise. Participar de um mesmo **campo intelectual** poderia ser identificado como compartilhar de um mesmo paradigma metodológico ou, pelo menos, de um conjunto delimitado? Assim, a questão sobre a construção de paradigmas passa pela pergunta de se há compartilhamento metodológico entre pesquisadoras e pesquisadores na abordagem das relações de gênero, ou seja, na formulação das questões de gênero.

A noção de “campo intelectual” no sentido de Bourdieu⁹ não exige consenso de paradigmas metodológicos provenientes de um mesmo corpo teórico-epistemológico, mas apenas o reconhecimento de um campo de interlocutores.

Vou me deter sobre a idéia de reconhecimento recíproco, pois entendo que este exige algum compartilhamento de perspectiva paradigmática de conceber os estudos de gênero. Pensemos o compartilhamento necessário para se fazer parte de um saber disciplinar. Os saberes disciplinares se fundam em premissas, que mais se aproximam a esquemas de pensamento do que a categorias. Constituem-se em perspectivas e não em opções teórico-epistemológicas. As modalidades de formular questões é que são paradigmáticas.

Minha hipótese é a de que os estudos de gênero se organizam em torno a paradigmas metodológicos de uma forma semelhante ao que ocorre nos saberes disciplinares, mas também de uma outra forma distinta e peculiar. Em

⁷ Ver, entre outros, BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1990.

⁸ KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1962.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Gênero, um novo paradigma?

outros termos, parece-me importante pensar que este campo intelectual se constitui socialmente não como um campo de “especialistas” ou “peritos” no sentido de Giddens¹⁰, mas que se aproxima de um campo de “especialistas” que se quer uma “comunidade pós-tradicional reflexiva” no sentido de Scott Lash.¹¹ Para além das inúmeras disputas no interior do campo, conseguimos nele negociar, a partir de um compartilhar de uma reflexividade e de um “construtivismo social de gênero” (sensibilidade, crença e utopia de que as construções sociais de gênero não são inertes nem eternas, mas mutáveis e reconstruíveis), não apenas de indivíduos singulares, mas de uma reflexividade que se quer compartilhada como uma **empresa cultural e política**, fundada no compartilhamento das idéias **feministas**.

Conseguimos construir paradigmas metodológicos, quando propusemos que a área de “estudos de mulheres” fosse substituída e suplantada pelos estudos das relações de gênero. Os estudos de mulheres tratavam especificamente de retirar as mulheres da situação de relativa invisibilidade pelo encompassamento da idéia de “homens” como se “neutros” fossem em relação ao sexo, da relativa invisibilidade pela sua inserção privilegiada na história privada e pela sua quase exclusiva visibilidade enquanto exercendo funções complementares ao sexo masculino. Supunha-se a existência de homens e mulheres e tratava-se, então, de analisar seus papéis sociais, sua “condição”, e demonstrar sua subordinação, ou sua resistência. Trabalhos pioneiros importantes e de vulto foram realizados. Embora muitas das questões formuladas pelos estudos de gênero estivessem aí presentes e tivessem sido suas precursoras, o que a formulação dos estudos de gênero supõe é que seus paradigmas tenham produzido uma distinção.

A “onda” de “auto-reflexão” dos paradigmas caracterizou as duas últimas décadas e fez dos cientistas sociais seus próprios “nativos”, no dizer do antropólogo americano James Clifford.¹² Tornou suas categorias mais instáveis, tendo sido possível a crítica até ao “impensado” (nos termos de Bourdieu) do pensamento ocidental da dicotomia entre natureza e cultura. Só ao poder ver à distância tal dicotomização é que se pôde não mais compulsivamente repeti-la. Ou talvez seja mais apropriado dizer que, de tanto repeti-la e discuti-la, sob formas e ângulos diversos e em posições opostas, se pôde desenraizá-la de qualquer formulação de verdade ou verossimilhança. Qualquer noção de feminino e de masculino se tornou contestável. **O consenso foi o de que não há consenso sobre qualquer natureza do feminino e do masculino.**

Ensaiair uma resposta exige uma reflexão sobre seus termos e seus contextos. Se tomo por referência o contexto brasileiro do campo intelectual sobre estudos de gênero, estudos de mulheres e estudos feministas, talvez a formulação forte da pergunta se refira à dúvida levantada sobre o estatuto do conceito de gênero no campo: um uso meramente descritivo ou alusivo do conceito ou uma efetiva inserção teórica do conceito de relações de gênero, com efeitos nos seus paradigmas metodológicos. Se o Seminário

¹⁰ GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge, Polity Press, 1991; A Vida em Uma Sociedade Pós-tradicional. In: BECK, GIDDENS e LASH. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Ed. UNESP, 1995.

¹¹ LASH, Scott. A Reflexividade e Seus Duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, GIDDENS e LASH. *Modernização Reflexiva*. Op.cit.

¹² CLIFFORD, James and MARCUS. (orgs.) *Writing Culture*. Berkeley and Los Angeles, Univ. of California Press, 1986.

multidisciplinar de São Roque, organizado, em 1991, pela Fundação Carlos Chagas, retomou esta pergunta que vinha sendo explicitada por Miriam Grossi¹³ e Maria Luiza Heilborn¹⁴, também se perguntou (ou nos perguntamos então) sobre os efeitos dos estudos de gênero nos saberes disciplinares e sobre os efeitos dos saberes disciplinares no campo de estudos de gênero. E ainda sobre os efeitos do feminismo nos estudos de gênero.

De um olhar temporalmente posterior, *Uma Questão de Gênero*¹⁵, publicação que resultou do Seminário e que buscava o desenhar do estado das artes do campo de estudos, entendo que, além de realizar este “balanço”, o seu sentido forte foi o propositivo: reafirmar e consolidar a transformação do campo multidisciplinar de “Pesquisas sobre a Mulher” em um campo multidisciplinar de “Estudos de Gênero”, legitimando essa temática específica (assim retransformada) no interior dos saberes disciplinares, assim como reafirmar a possibilidade de harmonizar a dupla referencialidade: a perspectiva feminista e a perspectiva de gênero.

Não quero refazer um balanço, ou avaliar, formulando um **elogio**, ou formulando uma **crítica** do bom ou mau uso das ferramentas disponíveis e esperadas para quem se dispõe utilizar o conceito de relações de gênero. Não vou assumir a postura avaliativa dos estudos de gênero para saber se seus autores se distanciaram mais ou menos efetivamente da perspectiva dos estudos de mulheres. Prefiro tomar como objeto de reflexão o estado da formulação mesma das relações de gênero como área de investigação: se conseguiu algum grau de clareza quanto à sua implícita e explícita proposta metodológica e se alcançou algum grau de distinção da perspectiva dos estudos de mulheres.

Entendo que o dilema insolúvel da igualdade/diferença que, por tanto tempo, dividiu e, em certo sentido, ainda divide o campo feminista e os estudos de gênero é presa e armadilha desta mesma dicotomia. O dilema do pensamento ocidental, a partir do qual foram criados os saberes disciplinares das humanidades e das ciências exatas, é que a **cultura** está para o **masculino** assim como o **feminino** está para a **natureza** e que a noção de **identidade** está para o **masculino** assim como a **diferença** está para o **feminino**. Acrescente-se que as dicotomias no pensamento ocidental tendem a ser unidirecionadas em termos de hierarquia de valor, e teremos que o masculino estará associado com quaisquer termos que estejam na posição superior. Depois de reveladas estas construções simbólicas, no interior mesmo dos estudos de gênero, passou-se a desconstruí-las.

Entendo que o trabalho de Strathern¹⁶ é exemplar na análise e desconstrução desta dicotomia, fazendo saltar qualquer concepção de gênero da armadilha de uma dicotomia elevada ao caráter universal e exigindo uma análise das diversidade da construção de categorias, sejam dicotômicas ou não, e da diversidade de se entrelaçarem metafórica e metonimicamente. Não são poucas as pesquisadoras brasileiras que apontaram que a concepção do gênero do trabalho, muitas vezes, sequer tem ligações metonímicas com as

¹³ GROSSI, Miriam *et alii*. O Conceito de Gênero: um novo coração de mãe na pesquisa sobre mulher. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 1989.

¹⁴ HEILBORN, M. Luiza. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA e BRUSCHINI. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Op.cit.

¹⁵ COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Op.cit.

¹⁶ STRATHERN, M. *The Gender of the Gift*. Op.cit.

Gênero, um novo paradigma?

atividades ditas femininas porque domésticas. Muitos gêneros do trabalho são definidos como femininos ou masculinos apenas por relações metafóricas com o que se concebe como de *status* superior ou inferior. Com certeza, é a primazia da desnaturalização da idéia de gênero e do entendimento que as relações de gênero são cultural e historicamente construídas que produziu a sensibilidade para buscar o **arbitrário da construção de gênero**.

Concluo afirmando que romper com os estudos da substancialidade do que é a mulher e do que é o homem e com a determinação do biológico sobre o sexo é construir um novo paradigma, os estudos de gênero conseguiram construí-lo. Os estudos de gênero reivindicam radicalmente o simbólico, no sentido forte da simbolização como englobante do cultural, social e econômico e da simbolização como o não biológico, como o não natural, isto é, o social pensado na sua antinomia com o biológico. Trata-se da construção de um paradigma que reivindica, radicalmente, o caráter simbólico das relações de gênero e que aponta tanto para uma diferenciação quanto para uma indiferenciação, para um número qualquer de gêneros e para a **instabilidade** de quaisquer caracterizações.

Nestas duas últimas décadas os Estudos de Gênero criaram um paradigma metodológico no que tange a ruptura com o sexo biológico e com a dessubstancialização das categorias naturalizadas de homens e mulheres. Afirmaram a primazia metodológica de investigar as relações sociais de gênero sobre a investigação das concepções de cada um dos gêneros; afirmaram a possibilidade cultural de um número indefinido de gêneros; afirmaram a possibilidade dos processos de **diferenciação e indiferenciação de gênero**. Apontaram a primazia da diferenciação sobre as diferenças construídas, isto é, a primazia das **relações** entre os gêneros sobre as concepções de cada um dos gêneros. O “arbitrário” saussureano se tornou cada vez mais visível depois da crítica à crença na dicotomização universal da natureza/cultura e do seu entrelaçamento com a dicotomização feminino/masculino.

O desconstrucionismo de gênero face à perspectiva universalista da diferença de sexo

O debate entre “diferencialistas” e “igualitaristas”, presente não só nos movimentos feministas quanto no campo dos estudos de gênero, não seria o argumento contrário a esta minha afirmação sobre a construção de um paradigma que reivindica, radicalmente, o caráter simbólico das relações de gênero? Como se pode entender, como o faço, que houve paradigmaticamente uma ruptura entre sexo e gênero, se muitas autoras(es) são nominadas(os) não só como “diferencialistas”, mas como “essencialistas”? Esta **essência** não é um indício ou uma acusação de que a idéia de gênero ainda está presa a de sexo biológico?

Ou haveria um “essencialismo” da idéia de “feminino” e de “masculino” na própria dimensão simbólica, como o propõe, por exemplo, a psicanálise, especialmente a psicanálise lacaniana? Nos termos da psicanálise lacaniana não se fala em essencialismo, mas em universalismo. Na estruturação das subjetividades, diante da Lei Simbólica e diante da “falta”, **as estruturações** da posição do **feminino** e do **masculino** são distintas. Caberia aos homens e mulheres, ao se estruturarem como subjetividades, se colocarem nas posições do feminino ou do masculino.

Diferentes formas de conhecimento, segundo o sexo (na dimensão simbólica), foram propostas pela perspectiva francesa da “diferença universal de sexo” no campo filosófico e psicanalítico¹⁷ e novas formas de escritura no campo da lingüística e da literatura.¹⁸

Naomi Schor¹⁹, partindo de paradigmas dos estudos de gênero no contexto anglo-saxônico, relativiza as diferenças entre Simone de Beauvoir²⁰ e Luce Irigaray²¹, consideradas, no contexto francês, respectivamente como igualitarista, a primeira, e diferencialista e essencialista, a segunda. É interessante que este texto a que me refiro faz parte de um suplemento especial sobre “Feminismos no Presente” da Revista *Futur Antérieur*, organizado na França por Michèle Riot-Sarcey.²² Segundo Schor²³, a primeira foge e luta contra a imposição da diferença e a segunda foge e luta contra a imposição do idêntico. No seu artigo, Schor entende que Beauvoir deixa claro no *O Segundo Sexo* o quanto a autora acreditava na necessidade de lutar contra o destino do sexo biológico e o quanto o via como obstáculo à formulação do “projeto” de sujeito que toda mulher deve almejar. Entrar na esfera pública, parecia ser assim, exigir a transformação das mulheres em homens, como também entende Jane Flax.²⁴ Enfatiza Schor que, ao final do seu livro, Beauvoir, explicita o desejo de a diferença ser possível no interior das relações de igualdade, desejo contraditório em relação à crítica contundente à imposição da diferença. Se para Schor, tanto Beauvoir quanto Irigaray criticam a exclusão do feminino pelo viés masculino do discurso filosófico, é Irigaray e não Beauvoir quem faz a reivindicação simbólica de uma luta contra a univocidade do masculino no interior mesmo desse discurso. Irigaray critica e revela a lógica especular do falocentrismo, isto é, a imposição do idêntico. Ao mesmo tempo, reivindica a reinvenção do feminino.

Schor entende que tanto Beauvoir quanto Irigaray se engajaram na mesma batalha política e filosófica contra a determinação simbólica de uma concepção biológica. São os dois aspectos de um mesmo lado da reivindicação de uma outra forma de falar sobre o sexo. Para Schor, a dominação discursiva do único sexo, que se apresenta como masculino, instaura, ao mesmo tempo, a imposição do idêntico (todas as mulheres deveriam ser como os homens para entrar na esfera pública) e a imposição da diferença (para ter poder as mulheres deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens). Assim, a diferença pensada por

¹⁷ IRIGARAY, Luce. *Ce Sexe qui n'en est pas un*. Paris, Minuit, 1977; L'Ordre Sexuel du Discours. *Langages*, nº 85, pp.81-123, 1987; KOEMAN, Sarah. La question des femmes: une impasse pour les philosophes. *Les Cahiers du Grif*, Deuxièmes Temps Tierce, printemps, 1992, pp.65-73.

¹⁸ Ver CIXOUS, Hélène. Contes de la Différence Sexuelle. In: NEGRON, Mara. (org.) *Lectures de la Différence Sexuelle*. Paris, Ed. das Femmes, 1990.

¹⁹ SCHOR, Naomi. Cet Essentialisme que n'(en) est pas un: Irigaray à bras le corps. *Futur Antérieur Supplément Feminismes au Présent*, Paris, L'Harmattan, 1993.

²⁰ BEAUVOIR, Simone. Op.cit.

²¹ IRIGARAY, Luce. Op.cit., 1977 e 1987.

²² RIOT-SARCEY, Michèle. De l'histoire politique et des pouvoirs. *Futur Antérieur Supplément Feminismes au Présent*. Paris, L'Harmattan, 1993.

²³ SCHOR, Naomi. Op.cit.

²⁴ FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991, pp.217-250.

Gênero, um novo paradigma?

Irigaray já é cultural e é o outro aspecto da mesma batalha simbólica de Beauvoir.

São muitos e expressivos os textos de estudos de gênero, no contexto anglo-saxônico, que buscam posições para “além da igualdade e diferença”. Entre eles está o organizado por Gisela Bock e Susan James.²⁵ Seu título: *Beyond Equality and Difference. Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity* é significativo. Repõe a discussão teórica que, especialmente na França, dividiu o movimento feminista e as pesquisas universitárias em dois campos nitidamente delineados, num mesmo campo político, embora heterogêneo: o campo político do feminismo e da cidadania.

É deste campo americano da “politização das diferenças” na esfera da cidadania, que posições consideradas antagônicas, como a do diferencialismo de Irigaray e a do igualitarismo de Beauvoir, podem ser inscritas como se desenvolvendo, uma e outra, na mesma batalha simbólica contra a determinação do biológico.

Deborah Rhode afirma:

Ficamos presas entre a necessidade de afirmar nossa identidade de gênero e a necessidade de transcender seus constrangimentos, para reclamar solidariedade e respeitar a diversidade. O dilema da identidade-diferença não pode ser superado: só pode ser reformulado. (...)Nossas estratégias devem ficar nos princípios feministas e não nos estereótipos femininos. (...)Ainda que a agenda feminista incorpore valores tradicionalmente associados com mulheres, as apostas na sua realização são para os dois sexos compartilharem.²⁶

Jane Flax conclama para a necessidade da inscrição da qualidade do cuidado (*care*) e do sentido de relacionamento (sentido de “conectividade e obrigação com os outros”²⁷), na concepção da justiça como processo.

Para se ter indivíduos capazes de desejar justiça, requer-se pessoas que necessitem conexões com outras. Tais pessoas se preocuparão quando o discurso se tornar muito mono vocal, estável e unitário. Procurarão e pensarão sobre as diferenças.²⁸

Sem dúvida, Flax está aqui retomando as conhecidas formulações de Carol Gilligan²⁹ e inserindo-as, inequivocamente, no plano de uma concepção de justiça que se quer para os dois sexos. Esta proposta e análise foram pensadas a partir de temáticas emergidas de uma socialidade de gênero feminino, mas nada têm de intrinsecamente feminino e nada têm de necessariamente “generalizado”. Querem um lugar de participação na esfera pública

²⁵ BOCK, Gisela and JAMES, Susan. (eds.) *Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*. London and New York, 1992.

²⁶ RHODE, Deborah L. The politics of paradigms: gender difference and gender disadvantage. In: BOCK, Gisela and JAMES, Susan. (eds.) *Citizenship, Feminist...* . Op.cit., pp.149-163.

²⁷ FLAX, Jane. Beyond Equality: gender, justice and difference. In: BOCK, Gisela and JAMES, Susan. (eds.) *Citizenship, Feminist...* . Op.cit., p.206.

²⁸ Id., ib., p.207.

²⁹ GILLIGAN, Carol. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

heterogênea. Marion Young³⁰ formula a idéia de um universal cívico heterogêneo.

Se o desconstrucionismo de gênero deixa *in aberto* a construção social do gênero, de tal forma que sejam possíveis classificações, hierarquias valorativas de sentidos contrários, inversos, distintos, equivalentes e “borragens” das distinções entre os gêneros, a perspectiva da diferença de sexo propõe a universalidade da diferença de sexo, alguns autores entendem que esta universalidade da diferença é recoberta por uma hierarquia de sentido único, onde o valor superior é o do masculino, outros entendem que esta hierarquia pode ser revertida ou suprimida, mantidas as distinções.

O desconstrucionismo de gênero face às epistemologias feministas

A partir do contexto americano, as referências mudam em comparação com o campo brasileiro, porque as proposições de construção de paradigmas foram mais ambiciosas. Não se propuseram apenas novos paradigmas metodológicos. O que se propôs foi propriamente a construção de **novos paradigmas de conhecimento**. Estas proposições se deram num contexto social e universitário política e institucionalmente mais afetado pelos movimentos feministas e pelos movimentos de minorias raciais. Feministas e pesquisadoras buscaram uma inserção fortemente institucionalizada, criando-se departamentos de *Women's Studies* e depois *Gender Studies* de caráter multidisciplinar. Muitos departamentos de *Cultural Studies* de caráter interdisciplinar, além de toda uma movimentação nas áreas disciplinares de “borrarem” as fronteiras disciplinares, especialmente os limites das ciências sociais, história, letras e filosofia, foram co-autores na proposição crítica dos paradigmas da ciência e do pensamento ocidentais.

A produção americana, mas também a anglo-saxônica em geral, especialmente a das(os) pesquisadoras(es) de gênero, que se associam ou se intitulam como feministas, reivindica a produção de novos paradigmas de conhecimento. São inúmeros os textos sobre novas epistemologias e novas filosofias. Entre eles, a publicação organizada por Linda Alcoff e Elizabeth Porter: *Feminist Epistemologies*. A noção de “epistemologia feminista” nos é apresentada como “a difícil aliança do feminismo e da filosofia, uma aliança tornada difícil pelo seu contraditório empuxe entre o concreto e o universal”.³¹ Sandra Harding³², revendo sua proposta de uma epistemologia baseada no *standpoint*, reafirma o privilégio do conhecimento situado a partir de um contexto, rejeita o relativismo absoluto ou indiscriminado e propõe uma maior habilidade para a busca da objetividade. Está apontando claramente, nesse texto, seus pontos de concordância e de discordância com posições pós-modernistas e desconstrucionistas que, ao criticarem o unívoco e abstrato do sujeito da filosofia, propõem uma desconstrução puramente textual³³, ou então relativizam indiscriminadamente quaisquer e todas as posições,

³⁰ YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o Público Cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL. *Feminismo como crítica da modernidade*. São Paulo, Rosa dos Tempos, 1990.

³¹ ALCOFF, L. and PORTER, E. *Feminist Epistemologies...* Op.cit., p.4.

³² HARDING, S. *Rethinking Standpoint Epistemology...* Op.cit.

³³ DERRIDA, Jacques. *Marges de la Philosophie*. Paris, Minuit, 1972; *La Dissemination*. Paris, Seuil, 1972; *Positions*. Paris, 1972.

Gênero, um novo paradigma?

tornadas equivalentes na sua absoluta relatividade, permitindo apenas “manter a conversação” como quer Rorty.

A perspectiva feminista de um novo paradigma de conhecimento se distancia de muitos dos seus aliados por proporem uma paradigma do *standpoint*, que defina a posição dos sujeitos de conhecimento. A definição se identifica com a proposição de uma articulação entre o que seria a perspectiva feminista (do sujeito feminista), que implica em algum tipo de resgate de valores experienciados a partir da socialidade diferenciada de gênero, ressaltando-se a especificidade de seu ângulo derivado de sua posição de subordinação nas relações de gênero ou da especificidade de valores advindos de sua socialidade e que foram, até então, considerados inferiores, ou ressaltando-se a proposta de explodir com todas as dicotomias entre razão e emoção, entre mente e corpo, na própria formulação do conhecimento. Se para Harding é a noção de experiência que dá o tom para uma nova epistemologia, em outras autoras esta experiência é quase pré-definida. A publicação organizada por Alison Jaggar e Susan Bordo – *Gênero/Corpo/Conhecimento. Reconstruções Feministas de Ser e Conhecer* – é exemplar na sua proposta de elaborar a revisão do conhecimento a partir de uma definível socialidade feminina revisitada pela utopia feminista.³⁴

Nesse último sentido, de construção de novos paradigmas de conhecimento, não entendo que tenham sido construídos. Não foi criado em nome de um olhar, ao mesmo tempo feminino e feminista, um novo paradigma de conhecimento que pudesse romper a dicotomia razão e emoção, nem unir justiça abstrata baseada em autonomia com justiça baseada em responsabilidade. Também não o criaram os pós-modernistas ou a crítica cultural. Os adeptos mais vigorosos à construção de novos paradigmas de conhecimento são os intelectuais holistas da Nova Era, que uniram razão e emoção, corpo e mente, mas o fizeram à custa da eliminação da dúvida, pois se não aceitam crenças, experienciam situações que bastam como conhecimento científico. É esta adesão a um novo paradigma já se faz na auto-definição de um campo como para-científico e para-religioso.³⁵

O absoluto do rompimento da dicotomia razão e emoção corre o perigo de ser uma nova profissão de fé. Corre o risco de reificar a noção do feminino. Uma perspectiva que faça “mover” a dicotomia razão e emoção me parece mais analítica e mais capaz de garantir um olhar historicamente situado, um lugar para a suspensão e os limites históricos do conhecimento.

As indagações sobre as epistemologias feministas acabaram por, circularmente, voltarem ao ponto de partida dos olhares situados, mas, juntamente com as indagações desconstrucionistas, inseriram um maior grau de aceitabilidade da dúvida e da relativização face a quaisquer que sejam nossas crenças e discursos analíticos.

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do(a) autor(a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. O nós majestático ou a escrita sem sujeito tem a contraparte legitimada de um sujeito

³⁴ JAGGAR, Alice and BORDO, Susan. (eds.) *Gender/Body/Knowledge*. New Jersey, New Brunswick, Rutgers University Press, 1992.

³⁵ PARANHOS, Fernanda. *Nova Era: a Busca da Sincronicidade*. Dissertação de Mestrado, Depto. de Antropologia, UnB, 1997.

da ciência que se coloca e opta. Um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo com certeza é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. O estilo não é neutro em relação ao paradigma, mas é menos preciso que um paradigma...

A metodologia desconstrucionista aliada à crítica foucaultiana do poder, à hermenêutica e à descrição densa, tal como elaboradas e combinadas pelas pesquisas de gênero e pelas pesquisas feministas, foi capaz de produzir a desnaturalização metodológica do gênero. **O desconstrucionismo tal como empregado pelos estudos de gênero, mas no quadro de uma postura feminista se revelou como uma empresa cultural e teve efeitos de empresa cultural de crítica à naturalização de gênero.** A sensibilidade de se perceber como estando situado, e o estar situado, em processos sociais e políticos mais amplos que o espaço universitário, talvez nos tenham tornado mais sensíveis para as práticas e os hábitos que se modificam.